

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 058/2023 25/2024

Processo Administrativo n° 743/2024

RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 03.749.855/0001-08 e Inscrição Estadual n° 76.046.042, com sede na Estrada Barão do Turvo, 33 – Barra do Piraí – RJ, Cep. 27.160-000, tendo tomado conhecimento do RECURSO apresentado pela empresa **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, no processo epigrafado, vem à presença deste Departamento de Licitações, apresentar sua **CONTRARRAZÕES**, dizendo o seguinte:

1.- Da Tempestividade:

Conforme estipulado no Edital, restou consignado que o prazo para Contrarrazões encerra no dia 06/07/2024. Assim, a presente contrarrazões apresentada nesta data é totalmente **TEMPESTIVO**.

2.- Dos Fatos e Fundamentos:

No dia 10/06/2024, esta empresa participou de processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico de Menor Preço Global, na forma do Processo Administrativo n° 743/2024.

Dessa forma, em atendimento ao Edital, a empresa apresentou proposta com o menor preço global para prestação de serviços de

manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em equipamentos odontológicos pertencentes a esta secretaria.

Nesse sentido, com a análise da documentação e considerando o menor preço global a empresa a **R.A.M MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA** sagrou-se vencedora.

Indignada com a sua inabilitação em razão de maior preço ofertado, a empresa **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME** apresentou recurso sob o fundamento de que cumpriu com os requisitos contidos no Edital de Licitação e da Lei específica da matéria.

Alegou ainda, que a empresa RAM não comprovou sua habilitação jurídica e não possui qualificação técnica.

Entretanto, os fatos impugnados pela recorrente não merecem prosperar.

Ilustres Julgadores, ao contrário do entendimento da recorrente, a empresa RAM possui qualificação jurídica e técnica para prestação de serviços odontológicos.

Tanto é verdade que, após análise minuciosa da documentação apresentada, a empresa RAM sagrou-se vencedora.

Ou seja, pela documentação apresentada pela RAM, restou demonstrado que os CNAEs abrangem toda a prestação de serviço descrita no Edital.

Assim, as razões do recurso não merecem prosperar, tendo em vista que não há erro no procedimento licitatório.

Inclusive, merece destacar que as empresas **RAM MARQUES e MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME** possuem CNAEs similares.

Ou seja, os CNAEs das empresas foram aprovados no pregão eletrônico, visto que estão de acordo com o objeto previsto no Edital.

Nesse sentido, não pode a empresa MEDKER fazer falsa alegação quanto a ausência de qualificação técnica da empresa RAM, vencedora do certame.

O processo licitatório que é regido por padrões de extrema lisura, observando não só o melhor preço, como também a qualidade do prestador dos serviços, equipamentos de alta qualidade, e, principalmente os documentos apresentados no certame.

Ilustres Julgadores, está claro que a recorrente a todo custo busca desqualificar a empresa RAM MARQUES.

Assim sendo, alegação impugnada e totalmente descabida, pugnano pelo desprovimento do Apelo.

Visto isso, mais uma vez as razões da Apelante beiram ao mero inconformismo sem respaldo jurídico ou probatório.

Assim, as razões de recurso devem ser desprovidas.

Tanto é verdade que, merece destacar que a empresa **RAM MARQUES** apresentou vasta documentação que comprova sua qualificação jurídica e técnica, observando para tanto os atestados averbados pelo CREA/RJ, órgão competente para aprovação da qualificação técnica das empresas.

Inclusive, cumpre observar os seguintes pontos do Edital:

I.- Atestado(s) de Capacidade Técnica (Item 9.15.2):

O edital solicitava atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando experiência na prestação dos serviços objeto da licitação e sua boa execução, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA ou CRT.

A RAM Marques apresentou integralmente esses atestados, todos em papel timbrado e devidamente acompanhados das CATs emitidas pelo CREA.

É fundamental destacar que o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) só emite Certidões de Acervo Técnico para empresas que comprovam documentalmente estar em plena conformidade com todas as leis e regulamentações vigentes. Isso inclui, mas não se limita a, comprovação de capacidade técnica, regularidade fiscal, e conformidade com normas de segurança e qualidade.

As CATs emitidas pelo CREA atestam que a RAM Marques não só tem experiência comprovada, mas também que cumpre todos os requisitos legais e técnicos para a execução dos serviços.

Portanto, repita-se, qualquer alegação da recorrente de que não possuímos qualificação técnica é infundada e deve ser afastada para todos os efeitos legais.

II.- Comprovação de Profissionais de Nível Superior (Item 9.15.3):

Conforme exigido pelo edital, a RAM comprovou a existência em seu quadro de funcionários de profissionais de nível superior, incluindo engenheiros clínicos, biomédicos e elétricos, que são qualificados para a execução dos serviços.

Os diplomas e registros profissionais foram apresentados, confirmando a conformidade com este requisito.

Visto isso, a presença desses profissionais no quadro de funcionários garante a expertise necessária para prestar os serviços licitados, pretensão impugnada.

III.- Certidão de Registro no CREA (Item 9.15.4):

A RAM Marques apresentou as Certidões de Registro no CREA em plena vigência, tanto da empresa quanto dos profissionais indicados.

Vejam que, essas certidões estão em conformidade com o Art. 8º da Resolução ANVS nº 2, de 25 de janeiro de 2010, e comprovam que tanto a empresa quanto os profissionais possuem as qualificações necessárias para a realização dos serviços.

Ademais, a validade e a regularidade desses registros foram confirmadas pelas autoridades competentes, eliminando qualquer dúvida sobre nossa aptidão técnica, pretensão impugnada.

IV.- AFE/ANVISA (Item 9.15.5):

A RAM Marques apresentou a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA, válida e específica para a distribuição de peças e equipamentos odontológicos e periféricos.

Esta autorização é um requisito fundamental para a nossa operação e foi devidamente verificada e aceita pela comissão de licitação, pretensão impugnada.

V.- Licença Sanitária (Item 9.15.6):

A alegação da recorrente de que a licença sanitária apresentada é inadequada não procede.

A licença sanitária apresentada pela RAM MARQUES é válida e foi emitida pela Agência Municipal de Vigilância Sanitária (AMVS), conforme exigido pelo edital.

Inclusive, vale destacar que a referida licença sanitária cobre as atividades da empresa, estando em plena conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Ainda, não é papel da Vigilância Sanitária decidir se a empresa está apta a realizar esse serviço, como está claro em nosso documento: "observadas as disposições regulamentares dos outros órgãos competentes".

O órgão competente nesse caso seria o CREA.

Assim, não existe sequer um único documento capaz de desqualificar a empresa RAM MARQUES.

Dessa forma, totalmente fantasiosas e infundadas as alegações recursais, razão pela qual o recurso deve ser rejeitado e julgado improcedente, mantendo-se o resultando do certamente com a habilitação da empresa **RAM MARQUES**, para o fim de firmar contrato de prestação de serviços com este Município.

Dos Pedidos

Ante o exposto, requer seja recebida e acolhida as **CONTRARRAZÕES**, com os documentos em anexo, ao apelo, para manter a decisão que determinou a habilitação da empresa **RAM MARQUES LTDA**, sendo considerada vencedora, para o fim de firmar contrato de prestação de serviços com este Município, julgando-se improcedentes as razões recursais.

Nestes termos,

Barra do Piraí, 05 de Julho de 2024.

RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

CNPJ nº 03.749.855/0001-08